

Rural Semanal

Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANO XXVI - nº 11 - 1º a 8 de novembro de 2019



UFRRJ

Aulas de democracia

Os espaços da representação estudantil no cotidiano político da UFRRJ

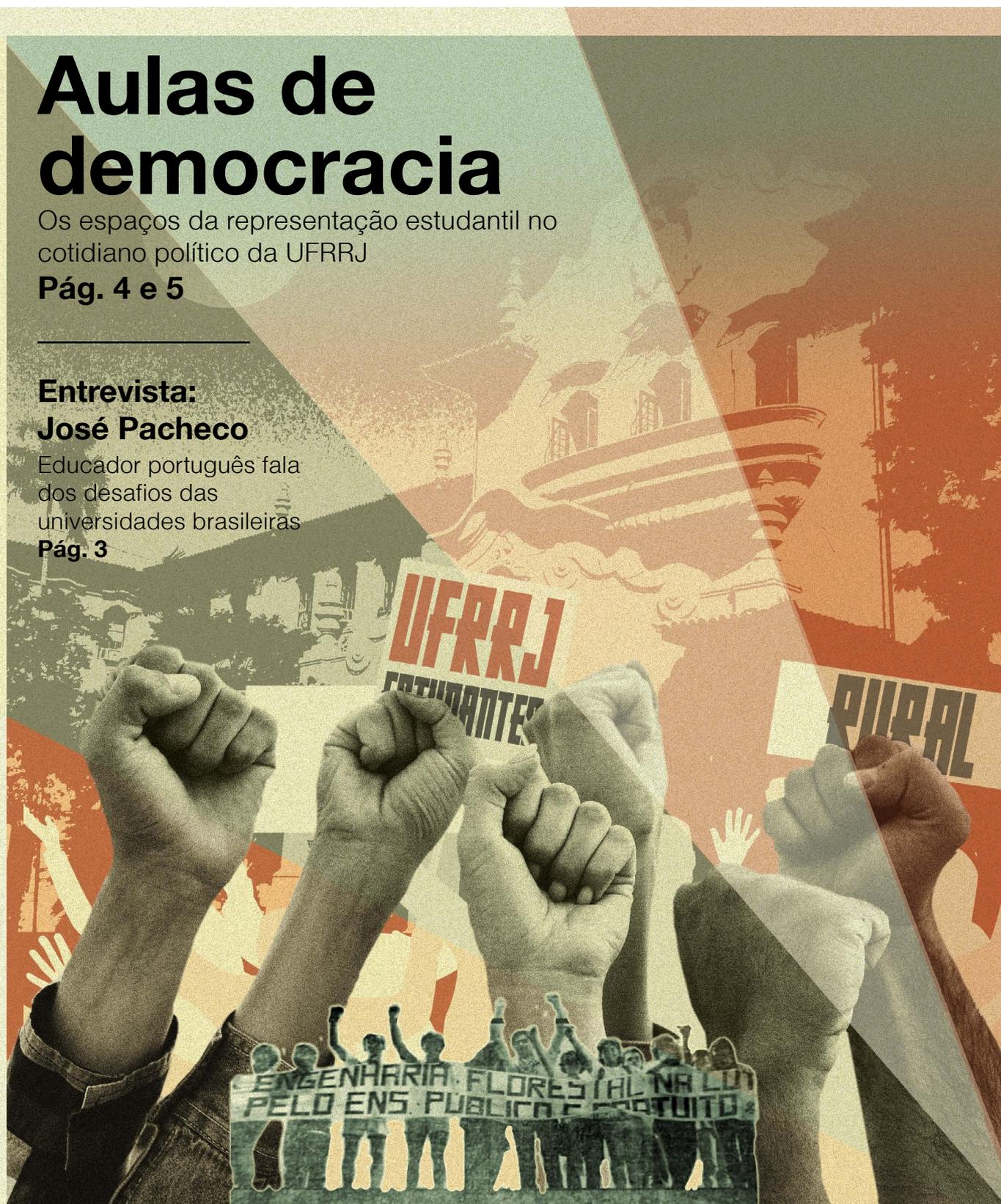
Pág. 4 e 5

Entrevista:

José Pacheco

Educador português fala dos desafios das universidades brasileiras

Pág. 3



A UFRRJ caminha para o término de seu período acadêmico, conturbado politicamente pelo corte de recursos, além de ataques a nossa autonomia e liberdade de cátedra. Internamente, enfrentamos problemas que evidenciaram problemas em nossa infraestrutura (falta de água e energia, em especial).

Entretanto, foi um ano em que demonstramos eficiência na captação e execução de nosso orçamento. Atualmente, a UFRRJ tem mais de 20 obras em andamento nos câmpus. As maiores são: Restaurante Universitário; prédio da Coordenação de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalhador (Casst); Hospital Veterinário (primeira grande ampliação depois de sua inauguração, e com previsão de ser um dos maiores do país); Hotel Escola e dois blocos do Prédio de Aulas Práticas (PAP) no câmpus Seropédica; reforma do prédio e construção da guarita de segurança do Instituto de Três Rios (ITR).

Realizamos uma modernização silenciosa com a reforma, ampliação ou construção de várias subestações elétricas; reformulação, construção e modernização de praticamente toda a rede de fibra ótica do câmpus de Seropédica (*confira na pág. 7 desta edição*). Além da tramitação de processos internos, via Sistema Integrado de Gestão (SIG), com 17 tipos de processos já tramitando 100% digital.

Das obras concluídas, entregamos o prédio de salas de aulas e administrativas do Centro Integrado de Ciências da Saúde e a urbanização do câmpus de Nova Iguaçu.

Adquirimos mais de 1 milhão em computadores, e 700 mil em equipamentos de laboratórios. Além da compra de aparelhos de áudio e vídeo, incluindo aparelhos de *data show* para quase todas as salas de aulas do Prédio de Aulas Teóricas (PAT) de Seropédica, equipamentos agrícolas, condicionadores de ar, itens de cozinha industrial para os restaurantes universitários e mobiliários.

No contexto em que vivemos, não é pouco.

No plano das relações institucionais, desenvolvemos ações que modernizarão a ocupação de nossos câmpus com projetos de pesquisa e extensão como o Polo do Mar, Floresta Energética, Usina Fotovoltáica, Produção animal e vegetal etc.

Nossas contas estão em ordem e chegaremos bem ao fim de 2019, apesar de não termos recursos para executar mais obras e manter com melhor qualidade nossos espaços. Mas estamos certos de que entraremos o ano de 2020 preparados para novos desafios. ■

Opinião

Herança maldita

ajuda a entender caos social no Chile

Bruno Lima Rocha, professor de Relações Internacionais na Unisinos

A rebelião do povo chileno, cujo estopim foi o anúncio do aumento das passagens do metrô, na capital Santiago, tem raízes profundas. O país de Lautaro e da nação Mapuche vive uma dupla mazela como Estado pós-colonial.

A primeira é comum a toda América Latina e se trata da condição dependente, subalterna e periférica. Ao contrário do que arvoram os defensores do neoliberalismo, o Chile não é uma economia complexa. Segue dependendo das exportações de cobre e, sim, está muito privatizado. Essa é a segunda mazela.

Toda a rotina é muito cara, os índices reais de condições de vida são altos e praticamente não há rede de proteção social. A educação superior é paga e não há cobertura universal de saúde. Salários rebaixados e cerca de 40% da população concentrada na capital e região metropolitana.

No Chile, assim como no Brasil, o 1% mais rico fica com 25% da renda nacional. Não há sociedade moderna que sustente isso. Como é possível uma sociedade ser sadia se nela a condição normal é o desencanto, somado com a desesperada luta pela sobrevivência, além da certeza da maioria de que não terá uma velhice tranquila? É uma sociedade “metamorfoseada”, como os EUA, com a singela exceção do poderio da superpotência diante dos minutos PIB e da posição do Chile no Sistema Internacional.

Após 29 anos de democracia formal, o Chile ainda vive sob a égide da legislação antiterrorista – que deu base ao texto aprovado no Brasil, ainda no governo Dilma Rousseff – o que, na prática, implica em criminalizar a luta social e suas variadas formas de protesto. E tal como era no início do século 20 em nosso continente, a repressão não impede a luta, mas a agudiza. Um regime “democrático”, tutelado pelos Carabineros (polícia militar nacional) e aplastrado pela desigualdade, não pode pretender muito. Não há como governar sem o mínimo de condições materiais imediatas e expectativas de futuro. E isso o neoliberalismo não sabe e não quer assegurar.

Muito do que hoje ocorre está para além das políticas antissociais dos governos Sebastián Piñera (2010-2014 e atual) e Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018). Tal como Mauricio Macri na Argentina, Piñera não prometeu nada diferente do que está fazendo. Era evidente que a vida se tornaria mais difícil, com maior nível repressivo e desespero societário. O problema não é só a direita sendo a direita, mas os governos da Concertación não tocando nas estruturas de Estado deixadas como legado da herança maldita da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), a Dina (polícia política que também operou no narcotráfico) e seus sócios Chicago Boys, da economia neoclássica de Milton Friedman.

O golpe de Estado contra o governo de Salvador Allende (1970-1973) assassinou, além de mais de 11 mil, também um arranjo social que seria minimamente estável, solidário e economicamente regulado. Apesar do heroísmo do médico presidente, era óbvio que nem o Departamento de Estado (os militares entreguistas, chamados de *vende patria*, em espanhol) e menos ainda a oligarquia chilena iriam permitir uma “transição pacífica” para o socialismo. Ao contrário, promoveram o terrorismo de Estado e tais instituições continuam perpetuando a repressão generalizada.

Diante desse desenho societário e da impotência dos governos de turno (independente se mais à direita ou menos à esquerda), a cada geração de jovens chilenos fica evidente que o modelo não mudaria por “boa vontade” dos controladores das riquezas do país e seus padrões externos. Some-se a revolta social ao racismo anti-indígena atravessado pelo consumo frustrado e a memória histórica do pinochetismo, sempre viva diante da carestia e do desespero para fechar as contas do mês para as famílias de baixa renda.

Podemos comparar o momento do Chile com outros episódios latino-americanos sob democracia oligárquica. Penso no Caracazo venezuelano e no Estallido Social argentino, com a hiperinflação, ao fim do Plano Austral. No Chile, além da explosão popular, também há incidência dos movimentos sociais organizados e as esquerdas mais à esquerda dentro e fora do espectro eleitoral. Se o povo chileno conquistar uma nova Assembleia Constituinte dotada de uma rede de proteção social pública e gratuita, será uma vitória para a terra de Manuel Rodríguez e também para toda a América Latina.

Publicado originalmente no Gauchazh, em 24 de outubro de 2019. Link: <http://abre.ai/artigo-chile>

Este espaço é destinado prioritariamente a colaborações da comunidade universitária. O texto deve ter título e nome completo do autor, com tamanho entre 20 e 25 linhas, fonte Arial 12 e espaçamento 1,5. As opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva de seus autores. O material deve ser enviado para o e-mail comunicacao@ufrj.br. Também serão publicadas, esporadicamente, reproduções e adaptações de artigos de outras fontes.

Aviso – Textos e imagens publicados no **Rural Semanal** podem ser reproduzidos, integral ou parcialmente, desde que a fonte seja citada e que não haja alteração de sentido nos conteúdos. Crédito para textos: nome do autor (CCS/UFRRJ) ou CCS/UFRRJ. Crédito para fotos: nome do fotógrafo (CCS/UFRRJ).



Manhã inspiradora. José Pacheco na conferência de abertura do V Congresso Nacional de Letras do Instituto Multidisciplinar

Educar para transformar

José Pacheco fala sobre desafios e oportunidades das universidades

Michelle Carneiro

Convidado para proferir a conferência de abertura do V Congresso Nacional de Letras do Instituto Multidisciplinar (V Conalim), em 22 de outubro, o educador português José Pacheco proporcionou aos estudantes do câmpus Nova Iguaçu uma manhã inspiradora. Em entrevista ao **Rural Semanal**, o idealizador da Escola da Ponte, em Portugal, e diretor pedagógico dos projetos de formação da EcoHabitaré, comentou os desafios e oportunidades das universidades brasileiras para transformar a sociedade.

Somos uma universidade no coração da Baixada Fluminense, uma região de profunda desigualdade de aprendizagem e de oportunidades. Qual o papel que a UFRRJ pode desempenhar para a transformação dessa realidade?

José Pacheco – Antes de qualquer coisa, eu devo dizer que estou muito grato pelo convite. Aquilo que eu digo em qualquer universidade é que são necessários três movimentos para realmente gerar condições de igualdade, de aprendizagem e de justiça social. O primeiro é honestidade intelectual; o segundo, aquilo que eu designaria por autonomia moral; e o terceiro, assumir um compromisso ético com a educação.

O que devemos entender por honestidade intelectual?

J.P. – Honestidade intelectual porque somos profissionais da educação, somos seres conscientes daquilo que fazemos, conhecedores da teoria e, portanto, é preciso colocar a teoria em coerência com a prática. O que me parece é que há muita desonestidade intelectual, não aqui em Nova Iguaçu, mas em outros lugares. Ou seja, tudo que está na teoria, que se escuta nos congressos e tal, não está na prática. Há uma sofisticação do discurso e a miséria na prática continua, a desigualdade continua, o analfabetismo, tudo isso continua.

E autonomia moral?

J.P. – Autonomia moral é porque todas as práticas que acontecem, e não é só nas universidades, mas em todos os sistemas de ensino, têm que passar por um sistema de aprendizagem.

E o compromisso ético com a educação?

J.P. – Nós sabemos que esse modelo que vem do século XIX não funciona. Então, se do modo como eu trabalho eu não ensino a todos, eu tenho direito de continuar a trabalhar desse modo? Vamos ser éticos. Vamos ter vergonha na cara! Então, eu venho aqui para conversar e para perguntar se querem realmente que esses três componentes da mudança aconteçam. Tão simples... Estás a ver? Eu sou uma peste [risos].

A formação dos docentes de educação básica pela universidade pode ser um ponto de inflexão para essa mudança?

J.P. – Pode e deve. Eu fui formador de professores na universidade; fui formador de formadores; diretor de Centro de Formação; consultor de formação; avaliador de formação; membro do conselho nacional para formação; e fiz uma dissertação de mestrado sobre formação. Concluí que formar é impossível. Ao fim de 40 anos, foi a minha conclusão. Mas transformar é necessário. O que é preciso na formação de professores é a reelaboração da cultura do professor, a partir daquilo que ele é e daquilo que sabe.

Como isso pode acontecer?

J.P. – Valorizando o que o professor sabe, a aula e tudo isso, mas partindo para outra coisa, com três princípios. O primeiro é o isomorfismo, o modo como o professor aprende é o modo como o professor ensina. Segundo, a teoria nunca vem antes da prática. Terceiro, o professor não é objeto de formação, ele é quem se capacita, é sujeito de aprendizagem no contexto de uma equipe e de um projeto. Se for feito isso, tudo se resolve. Ou quase tudo.

Qual a importância, no atual cenário político brasileiro, de valorizarmos a universidade pública e gratuita?

J.P. – Porque é o que está na lei. O artigo 205 [da Constituição Federal] diz que a educação é um direito – e é um direito até o fim da universidade. Só com uma diferença: até o fim do Ensino Médio é obrigatório, depois, não. Então é preciso reforçar esse direito. Eu sou professor de ensino público há 52 anos, e hei de morrer assim, no chão de escola. O fato de haver escolas particulares significa que a escola pública não funciona e, portanto, temos de dar condições a elas. ■



Estudantes em movimento. Em assembleia realizada em maio deste ano, alunos da Rural se reúnem para os debates sobre a eleição do DCE

Representação estudantil, **presente!**

Do histórico papel do DCE aos órgãos colegiados, discentes da Rural ocupam seu espaço no cotidiano político da Universidade

Filipe Lima

Em 1988, a morte de um aluno motivou a ocupação do Palácio da Cultura, antiga sede da delegacia regional do Ministério da Educação (MEC), no Rio de Janeiro. Hoje, 32 anos depois desse histórico movimento de discentes da Rural, fomos até o Diretório Central dos Estudantes (DCE) para entender como acontece a participação estudantil no cotidiano político da Universidade e como as representações nos órgãos colegiados são importantes.

A sala simples e com varanda, localizada acima das escadarias na entrada do alojamento universitário no câmpus Seropédica, possui uma memória significativa. Durante a Ditadura Militar, o diretório chegou a ser extinto, em 1968, pelo Ato Institucional nº 5. Posteriormente, seria reativado, mas com uma série de restrições que buscavam impedir e silenciar qualquer movimento crítico ao governo.

O que é o DCE?

Criado em 1963, quando a instituição ainda se chamava Universidade Rural do Brasil, o Diretório Central dos Estudantes tem como objetivo ouvir e

entender as demandas dos estudantes e levá-las até a Reitoria e movimentos sociais.

Segundo Yasmim Bardanzah, coordenadora geral do DCE na atual gestão – “Raízes Desse Chão” – a importância do diretório em todas as universidades passa por suas origens. “A gente sabe muito bem que a universidade era voltada para uma elite, de certa forma. Então, a partir do início do século passado, começam a acontecer essas insurgências estudantis, principalmente no período do Estado Novo. Assim se forma o DCE, porque é uma forma de termos representação”, explica Yasmim.

Em relação à Rural, a situ-

ação estava também atrelada a uma série de peculiaridades que cercam a instituição desde a sua criação, como a distância do centro do Rio de Janeiro, um alojamento que abrigava quase um terço dos alunos e vestibulares espalhados, na época, por diversos estados do país.

Em sua tese de doutorado, *O Movimento Estudantil na UFRuralRJ: Memórias e Exemplaridade*, a professora Lucília Augusta Lino de Paula (aposentada da UFRRJ e atual docente da Uerj) afirma que, através deste convívio entre tantas culturas diferentes, surge um número significativo de estudantes engajados em diversos movimentos sociais ecológicos e agrários, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e ONGs de preservação ambiental.

“A intensa convivência acadêmica marca o movimento estudantil, dada a capacidade de rápida mobilização e ao sen-

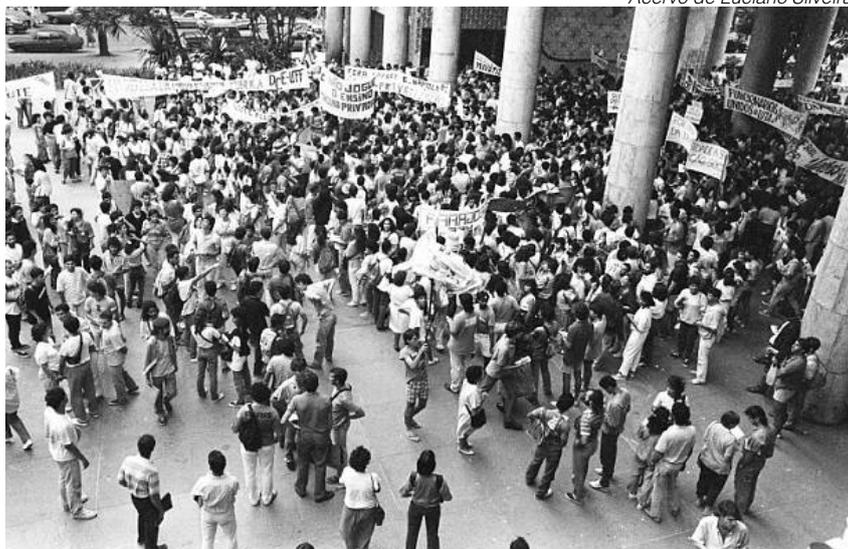
timento de pertença à instituição, que favorece a inserção e participação em lutas coletivas visando à melhoria de vida no campus”, comenta Lucília em seu texto, que virou livro, publicado pela Editora da UFRRJ (Edu) em 2012.

Resgate de memórias: a ocupação do MEC

Vamos voltar um pouco para o passado, ao final dos anos 80, mais precisamente, para a noite de 20 de setembro de 1988. Por volta das 20 horas do que parecia apenas mais o final de um dia letivo normal, o jovem Iljânio Durães dos Santos, estudante de Química, acabaria por falecer dentro da instituição, vítima de um aneurisma cerebral, enquanto realizava exercícios físicos, segundo matéria veiculada no jornal *O Dia*, em 21 de setembro daquele ano.

“As pessoas começaram a repercutir. Todo mundo des- cia dos quartos e começaram a

Acervo de Luciano Silveira



Roberto Jones (CCS/UFRRJ)



Histórico. Em 1988, estudantes da Rural ocuparam a sede do MEC para cobrar mais investimentos na Universidade

Órgãos colegiados. A representante discente Suelen Ferreira (à dir.) em reunião do Cepe, realizada em 25/10

bater na porta um dos outros. Eu morava no F2 (alojamento feminino). Escutamos o pessoal do alojamento masculino gritando que havia morrido um aluno. Nisso, todo mundo saiu correndo para a sala de estudos”.

O relato acima é de Lúcia Helena Maria de Almeida. Hoje colaboradora em projetos pela Fazendinha Agroecológica Km 47, Lúcia Helena era uma estudante de Zootecnia. Esteve presente tanto nas assembleias seguintes à morte de Iljânio, como na própria ocupação do MEC.

Às 13 horas do dia seguinte, alunos e servidores da universidade se encontravam reunidos no Auditório Gustavo Dutra, o Gustavo. O DCE tomou as rédeas da assembleia, que visava discutir, principalmente, a falta de recursos para a universidade.

“Naquele momento, havia um contexto difícil. O ministro da Educação era um senhor chamado Hugo Napoleão, e ele era contra a Universidade”, explica Lúcia Helena. Dali, ficou decidido que se o problema era o Ministério, os alunos deveriam ocupá-lo para serem ouvidas suas reivindicações.

A Rural liberou toda a sua frota de ônibus, e cerca de 400 estudantes e 15 professores desembarcaram na Avenida Presidente Vargas e foram em pas-

seata até o Palácio da Cultura, que foi ocupado. Após 30 dias, o ministro garantiu o aumento de verbas para a Universidade e o fim de taxas acadêmicas.

Desafios atuais

Em um momento delicado da democracia no país, ainda que exercendo sua função de maneira mais autônoma do que no período da ditadura, o DCE tem acumulado várias tarefas e desafios. Além de manter o constante diálogo com a Administração Central para atender demandas gerais dos discentes, o diretório vem também tentando engajar mais os estudantes nos movimentos da Rural.

Gustavo Costa Cunha, suplente da Coordenação Geral, explica que existe uma certa distância entre o DCE e os alunos no momento. Ele afirma ainda que, durante a formação da atual chapa, esta era uma das pautas mais presentes nas discussões do grupo. “A gente entendeu que precisava aproximar movimento estudantil e discentes, porque existia um medo muito grande de não bater a cota para sermos eleitos. Pode ser que estejam desmotivados, mas eu acho que a galera não se sentiu confortável para participar de certas coisas”, disse.

Ainda com a disputa de protagonismo entre movimentos estudantis, bem como o dis-

tanciamento individual do ruralino, surgiu a ideia de juntar grupos e sair com chapa única.

Desse modo, o “Raízes Desse Chão” sinalizava seu objetivo: abranger uma diversidade maior de ideias, dando espaço para diferentes campos políticos e aumentando as chances de o estudante se sentir mais representado. “Como somos forças políticas e visamos ao progresso dentro da Universidade, para o ser humano como um todo, decidimos fazer uma ampla unidade”, conclui Yasmin Bardanzah.

Quais são as representações estudantis na Universidade

Além do DCE, que reúne pautas de diversos outros diretórios e participa ativamente dos conselhos universitários, há outros fóruns com assento garantido aos estudantes.

Cada colegiado é composto por 20% de representantes dos discentes. Portanto, os alunos podem participar diretamente do Conselho Universitário (Consu), órgão máximo de consulta e deliberação coletiva; do Conselho de Curadores (Concur), responsável por fiscalizar a situação financeira da Universidade; e também do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).

A escolha dos representantes destes colegiados se dá através do próprio DCE, que

organiza as chapas e realiza as eleições. Conforme o artigo 37 do Regimento Geral da UFRRJ, os representantes discentes possuem mandatos válidos por um ano, sendo permitida uma recondução.

Os estudantes também têm representação nos colegiados de cursos e departamentos. A eleição acontece entre os próprios discentes, é organizada pela coordenação do curso ou chefia do departamento, e obedece a um edital. O escolhido fica na função por até dois anos.

Mas, afinal, como é representar uma comunidade de mais 20 mil estudantes? Quem fala um pouco deste desafio é Suelen Geози Ferreira, graduanda em História, e representante discente no Cepe.

“Às vezes é um pouco caótico, pois tentamos dialogar sobre as demandas, mas nem sempre é possível atendê-las, infelizmente”, explica. “Quando o assunto é sobre um curso específico, procuramos seus alunos para sabermos o posicionamento, ou se de fato eles estão por dentro do tema. Na maioria das vezes, esse contato é virtual e em menor número do que pensamos ser o ideal”.

Para saber mais sobre as normas para representação discente, leia o Regimento Geral da UFRRJ: <https://bit.ly/31Lk6Sm> ■



Comemoração de pioneiros

Primeira turma de Engenharia Química da UFRRJ celebra 50 anos de formatura

Roberto Jones

O curso de Engenharia Química da UFRRJ foi fruto de um movimento realizado por sua primeira turma. Em 1966, mais de 800 jovens prestaram vestibular para a Escola Nacional de Química (ENQ) – hoje Escola de Química (EQ), vinculada à UFRJ – localizada na Praia Vermelha. No entanto, a ENQ possuía apenas 100 vagas. Os aprovados além destas foram considerados excedentes e não poderiam ingressar na faculdade. O sentimento de revolta por parte dos alunos excluídos transformou-se em luta e culminou na criação da Faculdade de Engenharia Química da Rural. A história, aliás, virou livro: *Sua Excelência o Excedente – A história da criação de uma faculdade brasileira*, lançado pela Editora da UFRRJ em 2011. A obra foi escrita por três ex-alunos da turma, Antônio de Pádua Gomes Barbosa, José Maria de Mesquita Júnior e Paulo César Xavier da Silveira.

Em 18 de outubro, foi comemorado o Jubileu de Ouro da formatura dessa primeira turma de Engenharia Química da Rural. A cerimônia, realizada no Auditório Gustavo Dutra, câmpus Seropédica, contou com a participação do reitor Ricardo Berbara; da coordenadora de Engenharia

Química Carolina Rezende; da diretora do Instituto de Química (IQ) Cristina Maria Barra; do diretor do Instituto de Tecnologia (IT) Pedro Paulo de Oliveira; e do engenheiro químico formado pela UFRRJ José Maria de Mesquita Júnior.

O representante da primeira

turma de Engenharia Química, José Maria, fez um discurso sobre a união da classe, mesmo após 50 anos de sua formatura. O engenheiro químico, em nome da turma, presenteou o reitor com uma placa em agradecimento ao acolhimento desses alunos pela Rural.

A diretora do IQ, Cristina Maria Barra, fez um discurso emocionado sobre a importância dessa primeira turma: “Tudo o que foi alcançado até hoje no curso de Engenharia Química começou com a turma de vocês. Orgulhem-se disso. Parabéns a todos”.

“Esse Jubileu não é uma homenagem a si próprios; vocês estão homenageando a Universidade”, afirmou o reitor. Ele disse

Foto histórica. Representantes da primeira turma de Engenharia Química da Rural abrem os sorrisos e comemoram 50 anos de formatura no Gustavão

ainda que o curso e todos os seus programas de pesquisa e extensão não existiriam se não fosse a iniciativa dos egressos.

Após a fala do reitor, a plateia foi convidada a se manifestar. Eugênio Lucena Filho, ex-aluno da turma, lembrou os colegas que já faleceram, fazendo uma homenagem a eles. Sandra Lannes Pelegrino, outra ex-aluna, contou um pouco da vivência dela e de outros alunos dentro da Rural, em especial no alojamento. Finalizando as declarações, Antonio Carlos Miranda narrou mais histórias vividas pela turma.

A cerimônia foi finalizada com o descerramento da placa do Jubileu de Ouro da turma de 1969 do curso de Engenharia Química da Rural. ■



CCS/UFRRJ

'Tatuzinho'. Mais rápida e econômica, perfuratriz MND Navigator foi usada na obra de expansão da fibra ótica no câmpus Seropédica

Rede em expansão

Universidade continua obras de modernização da fibra ótica no câmpus Seropédica

João Henrique Oliveira

Em janeiro de 2017, a UFRRJ deu início à obra de modernização de sua rede de fibra ótica. Naquele momento, foi construída a primeira parte de uma estrutura subterrânea em formato de anel para atender o trecho da Universidade onde estão localizados os prédios com mais laboratórios de tecnologia – como os institutos Ciências Exatas (ICE) e Tecnologia (IT), entre outros. Neste ano, outro segmento está sendo preparado. Ele vai ligar trechos do outro lado do câmpus, como os institutos de Floresta (IF), Agronomia (IA) e Ciências Biológicas (ICBS). O objetivo continua sendo o mesmo: aumentar a qualidade do fluxo interno de dados e evitar incidentes por conta de cabos rompidos em escavações ou incêndios.

A obra deste ano traz novidades em relação à intervenção anterior. Naquela ocasião, os recursos foram obtidos através do edital CT-Infra, instituído pela Financiadora de Projetos (Finep). Desta vez, o dinheiro empenhado – ou seja, reservado para efetuar o pagamento da obra – veio do orçamento da própria Universidade. O valor também é maior em relação ao anterior: no CT-Infra, a construção foi orçada em R\$ 446 mil; agora, foram empenhados R\$ 530 mil.

Outra diferença diz respeito à execução do projeto, conforme explica o pró-reitor adjunto de Planejamento e gestor do

contrato, Fábio Cardozo: “Para a construção da primeira etapa, adquirimos um projeto fechado. Agora, fizemos uma ata de registro de preços [recurso usado na contratação de bens e serviços, por meio de licitação], e temos mais autonomia para a realização da obra, podendo ampliar e modificar de acordo com os recursos disponíveis. Quer dizer, dessa vez nós fizemos o projeto; e a empresa contratada executa o que está definido nele”.

'Tatuzinho'

Mudanças estruturais e operacionais também caracterizam a obra deste ano. Um dos aspectos

a destacar é a utilização de uma máquina perfuratriz chamada MND Navigator – conhecida como “tatuzinho”. O dispositivo, utilizado pela empresa contratada, realiza as perfurações para a colocação das canaletas pelas quais passam os cabos. De acordo com Fábio Cardozo, o “tatuzinho” é menos destrutivo do que os tratores comumente usados, além de ser mais rápido e barato que os métodos tradicionais. “Não foi uma especificação da Rural. No entanto, fomos felizes na licitação – que foi muito bem-feita – e a empresa selecionada trouxe essa tecnologia”, disse Cardozo.

O caminho e a forma original do projeto também foram ligeiramente alterados. Segundo Cardozo, a estrutura de anel se transforma, em alguns locais, numa “estrela” – ou seja, um ponto centralizado que espalha as conexões para outros. Além disso, foram adicionados novos espaços, anteriormente não atendidos pela rede: o Pórtico, o Centro de Arte e Cultura (CAC) e o Colégio Técnico (CTUR).

“Estamos fazendo um caminho diferente do original, substituindo trechos que não estavam com infraestrutura adequada e recuperando caixas de passagem danificadas”, afirmou o analista de Tecnologia da Informação Renato Gomes de Souza, que é um dos fiscais da obra. Souza também disse que a fibra ótica utilizada nesta expansão é de uma tecnologia mais moderna, chamada de monomodo. Segundo o técnico, ela possibilita um tráfego de dados mais veloz em distâncias maiores.

Para Fábio Cardozo, o processo de modernização da rede de fibra ótica já está dando resultados. “Dá para perceber isso pelo número de interrupções nos institutos, que foi praticamente nulo neste ano”, avaliou o pró-reitor adjunto, acrescentando que a evolução no setor deve continuar. “A obra está acontecendo e nossa ideia é que seja algo contínuo, durante a vigência do contrato – até o ponto em que não haja mais expansão a fazer, somente manutenção”. ■



Da Esamv à UFRRJ, 109 anos dedicados à educação

Em outubro, a UFRRJ completou 109 anos de origem. Sua história tem raízes na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Esamv), criada em 20 de outubro de 1910 pelo Decreto 8.319. Assinado por Nilo Peçanha, então presidente da República, e por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, ministro da Agricultura, o documento estabeleceu as bases do ensino agropecuário no Brasil. Para conhecer a trajetória da Universidade, que hoje é maior instituição da Baixada Fluminense, acesse <http://institucional.ufrj.br/ccs/historia-da-ufrj/>

Rural é selecionada para participar do Programa Ciência na Escola

A UFRRJ foi uma das 19 instituições selecionadas na chamada pública do Programa Ciência na Escola (PCE), com o projeto “Ciência na Escola: Aprimorando o Ensino e a Aprendizagem em Ciências na Baixada Fluminense através de Ações Inovadoras”. Com a coordenação da professora Maria Ivone Martins Jacintho Barbosa (Instituto de Tecnologia), o trabalho tem abrangência estadual e terá suas atividades desenvolvidas no período de 2019 a 2022.

Na seleção das propostas, valorizou-se a perspectiva pedagógica em que o aluno é o protagonista na construção do conhecimento, buscando o aprimoramento do ensino de ciências na educação básica. O PCE é realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Professora do Caic é uma das vencedoras do Prêmio Paulo Freire

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) anunciou, em 11 de outubro, os vencedores da primeira edição do Prêmio Paulo Freire. Ao todo serão premiadas 86 iniciativas, entre elas o “Projeto melhor idade na escola: a produção de sentidos entre jovens e idosos”, desenvolvido por Maria Luíza Wilker, professora de Língua Portuguesa e Literatura do Centro de Atenção Integral à Criança (Caic) Paulo Darcoso Filho, com a colaboração do professor de Filosofia Anderson Eugênio.

Neste ano, a cerimônia de premiação será no dia 14 de novembro, às 18h, no salão nobre do Instituto de Filosofia, História e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

(Por Christian Fuentes, estagiário de Jornalismo do Caic)

UFRRJ conduzirá estudo sobre árvores de Nova Friburgo

A prefeitura de Nova Friburgo e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ (Fapur) firmaram contrato para a elaboração de relatório técnico de avaliação de árvores da Praça Getúlio Vargas, na cidade de Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro. Um grupo de professores e pesquisadores do Instituto de Florestas (IF) vai identificar a qualidade, integridade e fitossanidade dos troncos e da madeira das árvores presentes no espaço público tombado pelo Patrimônio Histórico.

O trabalho terá início em novembro e será coordenado pelos docentes Alexandre Monteiro de Carvalho, João Vicente de Figueiredo Latarroca e Henrique Trevisan. O processo de avaliação dos indivíduos arbóreos contará com a colaboração de engenheiros florestais cursando mestrado e doutorado no IF/UFRRJ.

Para ler a notícia completa divulgada no portal Nova Friburgo em Foco, acesse <https://bit.ly/31UUDGp>

Universidade comemora Dia do Servidor

Celebrado em 28 de outubro, o Dia do Servidor Público foi comemorado na UFRRJ no dia 30. A Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (Codep/Progep) organizou um dia inteiro de atividades, para todos os gostos. Feira da Agricultura Familiar, plantio do Bosque do Servidor, apresentação do Coral da UFRRJ, oficinas, caminhada e corrida, e muito mais. Quer saber como foi? Confira a cobertura no Portal do Servidor: <http://portal.ufrj.br/institucional/portal-do-servidor>

Rural Semanal

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara | **Vice-Reitor:** Luiz Carlos de Oliveira Lima | **Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:** Amparo Villa Cupolillo | **Pró-Reitor de Assuntos Financeiros:** Reginaldo Antunes dos Santos | **Pró-Reitor de Assuntos Estudantis:** Cesar Augusto Da Ros | **Pró-Reitor de Graduação:** Joecildo Francisco Rocha | **Pró-Reitor de Extensão:** Roberto Carlos Costa Lelis | **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação:** Alexandre Fortes | **Pró-Reitor de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional:** Roberto de Souza Rodrigues || **COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | Coordenadora de Comunicação Social:** Alessandra de Carvalho | **Jornalistas:** Fernanda Barbosa, João Henrique Oliveira, Michelle Carneiro, Miriam Braz e Ricardo Portugal | **Estagiários:** Filipe Lima, Leandro Conceição, João Gabriel Castro e Roberto Jones (Seropédica) | **Capa:** Patricia Perez | **Projeto Gráfico:** Patricia Perez | **Diagramação:** Alexandre Souza e Patricia Perez | **Imagens:** Freepick e Freelmages || **Redação: BR 465, Km 47. UFRRJ, Pavilhão Central, sala 131. Seropédica, RJ. | CEP: 23897-000 | Tel: (21) 2682-2915 | E-mail: comunicacao@ufrj.br | Portal: <http://portal.ufrj.br>**

